5 - A análise do discurso de tradição francesa: um viés foucaultiano

Lúcia Helena Medeiros da Cunha Tavares

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

TAVARES, L. H. M. C. A análise do discurso de tradição francesa: um viés foucaultiano. In: CARVALHO, C. I. C., and BARBOSA, J. R. A., ed. *Teorias linguísticas: orientações para a pesquisa* [online]. Mossoró: EdUFERSA, 2021, pp. 125-156. ISBN: 978-65-87108-25-4. <https://doi.org/10.7476/9786587108629.0007>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

5

A ANÁLISE DO DISCURSO DE TRADIÇÃO FRANCESA: UM VIÉS FOUCAULTIANO

Lúcia Helena Medeiros da Cunha Tavares

5.1 Considerações iniciais

Nas sociedades contemporâneas, as quais se apresentam em constantes movências, circulam as práticas discursivas que formam/transformam os sujeitos e que constroem historicamente os sentidos. A Análise do Discurso (AD) de tradição francesa nos dá respaldo para uma melhor compreensão dessa sociedade, dos acontecimentos e dos sujeitos sociais, pois nos incita a questionar e a refletir, buscando o fio condutor dos sentidos.

A AD, no Brasil, tem o seu marco nos anos 80, com a figura de Eni Orlandi, que disponibiliza as traduções das obras de Michel Pêcheux e começa a consolidar, no país, grupos de pesquisas sobre o discurso. Devido a isso, no Brasil, diferentemente da França, não se apagou a imagem do fundador da disciplina. Pêcheux continua a ser retomado e estudado. Aqui, os analistas do discurso, muitas vezes, são classificados em pecheuxtianos, foucaultianos ou bakhtinianos e isso não interfere no desenvolvimento dos trabalhos com as mais diversas materialidades linguísticas, que se encontram tanto nos discursos institucionalizados quanto nos discursos do cotidiano. Dessa forma, mesmo trabalhando com a Análise do Discurso de tradição francesa, fundada por Michel Pêcheux, escolheu-se aqui seguir as concepções foucaultianas, por ser em Foucault que encontramos maior respaldo para conduzir as nossas pesquisas.

Para um maior conhecimento sobre a AD francesa, trazemos aqui um breve relato sobre o seu surgimento e apresentamos, em uma vertente foucaultiana, alguns conceitos, como **sujeito, discurso, poder, vontade de verdade, memória, sentido, arquivo, formação discursiva, enunciado, acontecimento**, os quais norteiam a nossa análise, que se dará a partir dos discursos da Comissão Nacional da Verdade–CNV sobre as formas de violência cometidas contra a mulher na Ditadura Militar Brasileira. Nesse viés, procuraremos descrever os vestígios de memória e os mecanismos de poder que permeiam os testemunhos de mulheres violentadas, em época de Ditadura, e de seus familiares, além de interpretar as relações de saber/poder nos discursos da CNV sobre a violência contra a mulher, de ordem psicológica, física, moral e/ou sexual.

A materialidade analisada aqui se compõe de discursos sobre a Ditadura Militar no Brasil, presentes nos relatórios da CNV, como os testemunhos de mulheres ou de familiares de mulheres que foram presas, torturadas e violentadas durante esse período da história de nosso país. Sigamos, então, às discursividades.

5.2 Surgimento da teoria

A Análise do Discurso, que tem início no final dos anos 60, na França, é fundada por Jean Dubois, lexicólogo de renome, criador da revista *Langages*, e por Michel Pêcheux, filósofo ligado a Althusser e preocupado em discutir a Epistemologia das Ciências. Esses dois fundadores viam diferenças nos estudos da Análise do Discurso. Dubois achava que a Análise do Discurso, doravante AD, seria uma continuidade da Linguística, enquanto Pêcheux tinha em vista um novo campo de investigação. Para Pêcheux, esses estudos tratavam de “estabelecer a articulação entre a base linguística e o processo discursivo, analisando o funcionamento da base linguística em relação às representações colocadas em jogo nas relações sociais” (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2011, p. 28). Apesar de suas diferenças, esses dois estudiosos tinham um só objeto de estudo: o discurso.

Quatro nomes estão intimamente ligados à AD: Althusser, autor de várias releituras marxistas; Foucault, introdutor da noção de Formação Discursiva na AD; Lacan, com a leitura do inconsciente das teses freudianas, e Bakhtin (via Jackeline Authier-Revuz), sobretudo com os conceitos de gênero e de dialogismo da linguagem. Cada um deles serviu como pilar para a articulação entre língua, sujeito, discurso e história. E é com essa articulação que Pêcheux “constitui o edifício da Análise do Discurso” (GREGOLIN, 2003, p. 25).

O histórico da Análise do Discurso pode ser visualizado “por meio da relação que se vai estabelecer entre a linguística e outras disciplinas, na busca da interdisciplinaridade para a análise de um objeto ‘além da frase’, que exige a abordagem da articulação entre o linguístico e o seu ‘exterior’” (GREGOLIN, 2003, p. 22).

Na França, a AD passa por **três épocas** distintas, cada qual com os seus pontos significativos para o engrandecimento das teorias e das pesquisas relacionadas a essa área. Essas três épocas são marcadas por revisões e

mudanças de conceitos. Várias indagações teimam em aparecer sobre as teorias formuladas.

A primeira dessas três épocas tem início nos anos 60 e possui como marco o livro de Pêcheux *Analyse Automatique du Discours* (1969). Este “é um livro original que chocou lançando, a sua maneira, questões fundamentais sobre os textos, a leitura, o sentido” (MALDIDIER, 2003, p. 19). Nessa época, Pêcheux pensava criar uma máquina para análise automática do discurso, mas, por não haver discursos homogêneos, o trabalho dessa máquina era dificultoso. As bases do autor são ainda muito estruturalistas, mas também distribucionalistas, quando abrange as teorias de Harris, o que lhe permitia trabalhar com o enunciado.

Totalmente influenciado por Althusser, Pêcheux propõe uma teoria não subjetiva do sujeito, um sujeito assujeitado por uma ideologia e que tem a ilusão de ser fonte de seu dizer, acreditando produzir discursos, enquanto somente os reproduz. A experiência de Pêcheux com a informática, por meio de sua máquina de analisar discursos, leva-o a sentir a necessidade e a importância da linguística. Isso sela o seu percurso pelas trilhas da linguagem.

No entanto, mudanças políticas e epistemológicas levam essa disciplina a passar por constantes transformações, reconstruindo e retificando seus conceitos. Pêcheux, em suas inquietações, reelabora suas propostas e faz surgir uma nova época de teorias discursivas.

Na segunda fase, que se inicia a partir de 1975, Pêcheux fala do sujeito atravessado pela Psicanálise e traz a teoria não subjetiva do sujeito. Desenvolvem-se, de forma mais profunda, os conceitos de enunciado, memória e interdiscurso. Analisa-se, nos discursos, uma enunciação anterior, combinações de novos enunciados com outros enunciados já pronunciados. Há, então, um maior diálogo com os conceitos de Bakhtin e Foucault.

Em 1975, Pêcheux e Fuchs apresentam o quadro epistemológico da AD em *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas*. Nesse texto, aparecem “três regiões do conhecimento atravessadas por

uma teoria da subjetividade da natureza psicanalítica” (FONSECA-SILVA, 2007, p. 89). São elas: 1) o materialismo histórico – explicado como teoria da ideologia e das formações e transformações sociais, 2) a linguística – teoria que rege os mecanismos sintáticos e os processos de enunciação e 3) a teoria do discurso – teoria dos processos semânticos e da determinação histórica. Nesse mesmo ano, Pêcheux lança *Semântica e Discurso*.

É ainda nessa época que a noção de formação discursiva emprestada de Foucault ganha espaço, o que leva a começar a explodir a “máquina estrutural” de Pêcheux, pois, com a formação discursiva, identificam-se os discursos transversos, introduzindo-se assim a noção de interdiscurso. Além disso, se reconhece a formação discursiva como o lugar da constituição do sentido, vinculando-se também à constituição do sujeito. Mesmo assim, para Pêcheux, o sujeito do discurso continua sendo um sujeito assujeitado à formação ideológica. O sujeito da enunciação não é posto ainda, mas se descobre uma zona de entrelaçamentos, de atravessamentos de discursos e de efeitos discursivos. Na segunda fase da AD, são questionados os pontos interiores e exteriores nos processos discursivos. É nesse momento em que ocorrem as tensões maiores entre Pêcheux e Foucault.

A terceira época da análise do discurso inicia-se nos anos 80. É um novo tempo, marcado por dúvidas e incertezas. Nessa fase, é desconstruída de vez a “máquina discursiva”, outrora pretendida por Pêcheux, surgindo, assim, novos horizontes teóricos. A heterogeneidade começa a fazer parte do discurso, ampliam-se os diálogos e retifica-se a noção de Formação Discursiva, da qual Pêcheux se aproxima mais, reconhecendo as propostas de Foucault. São as teorias foucaultianas que estão presentes nas análises dos vários discursos transversos. Pêcheux também relê Bakhtin, a quem havia criticado por apresentar algumas teorias de cunho humanista. Nessa época, consegue-se ver que as reflexões de Bakhtin dão um novo impulso aos estudos do enunciado. Isso acontece a partir das influências de Authier-Revuz, no colóquio *Materialidades Discursivas*, do qual participava

Pêcheux, surgem então os estudos sobre a heterogeneidade do sujeito, o que leva à discussão sobre o Outro.

Em 1981, Courtine “retoma as reflexões de Pêcheux (1977) e propõe a releitura de Foucault para fazer funcionar alguns conceitos que vão redirecionar a teoria do discurso” (FONSECA-SILVA, 2007, p.103). No período de 1980 a 1983, há uma desconstrução em vários preceitos que regiam os estudos pecheuxtianos.

Nessa época,

Pêcheux afasta-se de posições dogmáticas sustentadas anteriormente a partir de sua vinculação com o Partido Comunista. É o momento do encontro com a “Nova História”, de aproximação com as teses foucaultianas, em que Pêcheux critica duramente a política e as posições derivadas da luta na teoria e, assim, abre várias problemáticas sobre o discurso, a interpretação, a estrutura e o acontecimento (GREGOLIN, 2004, p. 64).

Esse afastamento de Pêcheux das posições assumidas anteriormente fica bem claro nas colocações que faz a seguir:

Como os métodos da Nova História, os da Arqueologia foucaultiana terminam, por sua vez, por tratar explicitamente o documento textual como um monumento, ou seja, como um traço discursivo em uma história, um nó singular em uma rede. Desse ponto de vista, a necessidade de levar em conta, na análise das discursividades, as posições teóricas e as práticas de leitura desenvolvidas nos trabalhos de M. Foucault constituiu um dos sinais recentes mais nítidos da retomada da Análise de Discurso: a construção teórica da intertextualidade, e, de maneira mais geral, do interdiscurso, apareceu como uma das questões cruciais dessa retomada, conduzindo a Análise de Discurso a se afastar mais e mais de uma concepção classificatória que dava um privilégio que se

revela cada vez mais contestável aos discursos escritos oficiais “legitimados” (PÊCHEUX, 1998, p. 48).

Percebe-se, nesse dizer, a abertura para se trabalhar os discursos de forma diferente. Pêcheux lança um outro olhar para as teorias foucaultianas, aproximando-se do filósofo e começando uma nova era para os estudos em Análise do Discurso. Devido às mudanças ocorridas, essa é também a época em que esses estudos começam a repercutir com maior intensidade.

No Brasil, a Análise do Discurso já apresenta seus vestígios, no período de 1962 a 1974, com os textos e livros de Carlos Henrique Escobar (GREGOLIN, 2007a). Esses textos–produzidos por militantes marxistas brasileiros, quase que na mesma época das discussões dos grupos de Althusser, Pêcheux e Foucault – falam de momentos de repressão no Brasil. A revista *Tempo Brasileiro* é um exemplo desses discursos ao apresentar em suas páginas a pluralidade de manifestações políticas. As teorias althusserianas já aparecem em números temáticos da revista. Nos anos 70, o marco mais importante é a publicação de *O homem e o discurso. A arqueologia de Michel Foucault (entrevista)*, organizado por Sérgio Paulo Rouanet (GREGOLIN, 2007a). Nesse livro, podem-se encontrar as críticas de Lecourt e de Escobar ao pensamento foucaultiano.

Em 1975, Escobar publica *Epistemologia das Ciências Hoje*, em que se podem encontrar as críticas que movimentam as propostas de Althusser e Foucault, já publicadas em livro anterior. Porém, devido a um novo momento vivido na França, Escobar dedica o último capítulo do livro às mudanças que envolviam althusserianos e foucaultianos, pois se começa a repensar a utilidade do material de pesquisa levantado por Foucault. Há então uma retificação das posições assumidas por Escobar em relação a Foucault, mas, assim como Pêcheux, Escobar, que acompanha as discussões das teses althusserianas, não deixa de repensar pontos como a luta de classes, o Estado e a política, por exemplo.

A AD, com suas categorias de análise, nos auxilia nos estudos da linguagem, seguindo pelos mais diversos domínios discursivos, como o político,

o religioso, o publicitário, o midiático, entre outros. Isso não quer dizer que não haja embates teóricos entre a análise do discurso e a linguística. Como afirma Ferreira (2007, p.19), “há contato, mas não pertencimento. E isso vale para os dois lados”. A autora completa, ressaltando que “a AD compõe o seu tabuleiro, escolhe suas peças principais e arma seu jogo no campo da linguagem” (FERREIRA, 2007, p.19).

Alguns dos conceitos trabalhados na Análise do Discurso – os quais funcionam como elementos de uma caixa de ferramentas – abordados neste artigo, são: sujeito discursivo, poder, vontade de verdade, sentido, memória, formação discursiva, enunciado, arquivo, acontecimento.

5.3 Princípios teóricos

Para iniciar esta conversa e melhor conhecer as categorias de análise presentes no decorrer deste trabalho, nada mais inquietante que começar falando do objeto de estudo de Foucault, o **sujeito**, juntamente com os conceitos que tentam esclarecer o que é o **discurso** para a AD.

O discurso tem seu funcionamento, suas regularidades, que se ligam ao social e ao histórico. Sendo assim, no funcionamento da linguagem, dá-se a **produção de sentidos** e a constituição do sujeito, pois ambos são afetados pela língua e pela história. Pode-se ressaltar, então, que “as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados” (ORLANDI, 2005, p. 21). Esses efeitos de sentidos emanam de dizeres que estão dentro de uma condição de produção, a qual vai compreender o sujeito, a situação, a história e a memória.

Foucault (2006, p. 22), em *A Ordem do Discurso*, diz que, nas sociedades, há regularmente um tipo de desnivelamento entre os discursos que se dizem, pois estes

passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos

que, indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer.

Isso acontece nos textos que já se conhecem culturalmente, como nos textos jurídicos, religiosos, literários, midiáticos, entre outros. Nesses campos discursivos, surgem a repetição, a transformação, a retomada de muitos discursos já-ditos. Como coloca Foucault (2006, p.26), “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”.

Foucault (2007, p. 28) afirma também que

é preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros.

E é assim que encontraremos, no decorrer deste trabalho, os discursos que (não) se dizem sobre a Ditadura Militar Brasileira. Discursos repetidos, transformados, apagados, silenciados, historicizados por uma memória. É também durante esse estudo que poderemos ver a dispersão do sujeito. Um sujeito heterogêneo, como ressalta Authier-Revuz (1982). Para essa autora, o sujeito, em sua heterogeneidade, demonstra ser disperso, des-centrado, dividido. E, sendo também um efeito de linguagem, é um sujeito constituído por muitas vozes sociais. O sujeito não sendo homogêneo, mas heterogêneo, traz em si formações discursivas que apresentam uma inter-relação com a linguagem e a história, perpassadas pela memória. São as formações discursivas que revelam as formações ideológicas do sujeito.

Quando se fala em sujeito, há uma certa confusão devido ao sujeito gramatical ou mesmo no sentido de se fazer uma alusão ao sujeito de Lacan, o sujeito do inconsciente, que não é o mesmo do qual trata a AD. Mazière (2007, p.22) tenta demonstrar as várias concepções de sujeito quando diz que

o marxismo, que é uma referência durante os primeiros anos da AD, o sujeito. Foucault o dispersa na formação discursiva. A colaboração entre lingüistas e psicanalistas o resgata do psicologismo. A colaboração com os historiadores introduz um sujeito da história. O peso da interdiscursividade organiza 'a deslocatização tendencial do sujeito enunciador' na materialidade dos enunciados, segundo uma fórmula de Michel Pêcheux [...]. As sofisticações da pragmática o reconfiguram em uma escala de ações e de co-ações enunciativas e semânticas na qual ele pode se multiplicar e se diluir.

São muitas as concepções sobre o sujeito. Para a AD, o sujeito seria um *lugar de sujeito* que pode ser apreendido na busca do analista do discurso. Gregolin (2004, p. 92) explica dizendo que, de acordo com os estudos arqueológicos de Foucault,

compreendemos que o sujeito do enunciado não pode ser reduzido aos elementos gramaticais, pois ele é historicamente determinado, o que faz com que não seja o mesmo de um enunciado a outro e a função enunciativa pode ser exercida por diferentes sujeitos.

Daí a dispersão do sujeito. Um mesmo indivíduo pode ocupar diferentes lugares em uma série enunciativa e assumir diferentes papéis sociais. Esse sujeito representa, na verdade, um grupo social e fala de um lugar social ocupado por ele. Para compreender esse sujeito discursivo, é necessário que se compreendam as suas vozes sociais, pois ele apresenta diferentes discursos, diferentes vozes, vindas de diferentes lugares. Isso constitui o sujeito discursivo que produz sentido no jogo das formações discursivas.

Para melhor explicar **formação discursiva**, serão tomadas as palavras de Michel Foucault (2007, p. 43), que diz:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas

temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (grifos do autor).

Uma formação discursiva é constantemente invadida por outras formações discursivas, muitas vezes, sob a forma de um discurso transverso. Daí surge o interdiscurso. Para Courtine (2006, p. 69), o interdiscurso é um conjunto complexo de discursos que “serve como ‘material discursivo original’”.

Foucault (2007) ressalta que não há **enunciado** que não suponha outros enunciados. Para o filósofo, o enunciado também se constitui pelo conjunto das formulações a que este se refere, “seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las, seja para se opor a elas, seja para falar de cada uma delas, não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados” (FOUCAULT, 2007, p. 111). Diante dessas colocações feitas por Foucault, Courtine (2006, p. 70) chega à conclusão de que “o enunciado entra em uma rede interdiscursiva vertical de formulações, uma concepção que se aproxima do interdiscurso concebido por Pêcheux”. O **interdiscurso** aparece como um “discurso transverso, a partir do qual se realiza a articulação com o que o sujeito enunciator dá coerência ‘ao fio de seu discurso’” (COURTINE, 2009, p. 75).

Nesse sentido, em cada texto produzido, em cada enunciado oralizado ou escrito, há a presença de outras vozes e o sujeito, pode-se dizer que, na verdade, é constituído historicamente e é constituído pelo outro.

O sujeito também é disciplinado, controlado por mecanismos de **poder** que regulam o seu dizer/fazer. Para disciplinar esse sujeito, também é preciso produzir verdades. Sobre a **verdade**, Foucault (2008, p. 13) diz ser “o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”. Esses efeitos de poder, tidos como verdades, vão regulamentar os corpos desses sujeitos, que devem ser disciplinarizados, para uma convivência adequada na sociedade.

Em suas investigações sobre o “como” do poder, Foucault (2008, p.179) estuda os mecanismos que se apresentam entre dois pontos de referência: “por um lado, as regras do direito que delimitam formalmente o poder e, por outro, os efeitos de verdade que este poder produz, transmite e que por sua vez reproduzem-no”. Para Foucault, isso resulta no triângulo “poder, direito e verdade”. Dessa forma, o filósofo questiona: “de que regras de direito as relações de poder lançam mão para produzir discursos de verdade?” (FOUCAULT, 2008, p. 179).

Busca-se então apreender os **efeitos de sentido** dos discursos que circulam, se acumulam e produzem a “verdade”. A verdade é produzida pelos sujeitos que, ao mesmo tempo, são submetidos a ela. E para melhor explicar essa produção da verdade, a qual se dá pelo direito, Foucault (2008) retoma a história do poder real, o qual incentivava a criação do edifício jurídico exercido nas sociedades. Havia um poder monárquico, o poder do rei, que se dava de forma autoritária e absolutista. O poder jurídico se faz em torno do poder real, com leis que satisfaçam e favoreçam ao rei. No entanto, há uma outra forma de interpretar esse poder soberano, pois o jurídico também surge para limitar os poderes do rei, impondo-lhe as regras de direito as quais ele deveria seguir. Tudo isso acontecia para legitimar o poder do soberano. A teoria do direito exerceu então “o papel de fixar a legitimidade do poder” (FOUCAULT, 2008a, p. 181).

Para Foucault, (2008a, p.183), “o poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação”. Isso pode ser visto mesmo nos discursos do cotidiano. Foucault (1995) defende ainda que, para compreendermos o que são as relações de poder, também devemos investigar as formas de **resistência**. O exercício do poder, para Foucault (1995, p.242), “não é simplesmente uma relação entre ‘parceiros’ individuais ou coletivos. É um modo de ação de alguns sobre os outros”. Desse modo, o autor inclui ainda um elemento importante, que é a liberdade, pois

o poder só se exerce sobre “sujeitos livres”, enquanto “livres” – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que tem diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer (FOUCAULT, 1995, p. 244).

O exercício do poder, nas sociedades modernas, dá-se, ainda, “no jogo da heterogeneidade entre um direito público da soberania e o mecanismo polimorfo das disciplinas” (FOUCAULT, (2008a, p. 189). E, para melhor se compreenderem esses processos de mudanças sobre o exercício do poder, é preciso revisitar a **história** e a **memória**, reconstruir as falas do passado, para se entender o presente e visualizar o futuro.

A investigação histórica já levou a muitas afirmações, algumas convergentes, outras divergentes, entre os estudiosos. Para Althusser (2003), na História, não se encontra Sujeito nem sujeitos, pois ela é apenas o motor da luta de classes. Discípulo fiel de Althusser, Pêcheux (2008) ressalta que, do ponto de vista do materialismo histórico, a história deve ser trabalhada como o lugar em que se materializam os equívocos, um lugar contraditório. Isso é o que leva o sujeito para o real histórico. E, para ele, tudo isso começa a se desvendar no campo político.

Foucault, em *A Arqueologia do Saber* (2007, p. 08), afirma que

a história, em sua forma tradicional, se dispunha a “memorizar” os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. Havia um tempo em que a arqueologia, como dis-

ciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento.

Essas mudanças, para Foucault, vão trazer várias consequências, entre as quais a noção de descontinuidade que, para a história, levava ao disperso, ao impensável e que, pela análise, deveria ser “contornado, reduzido, apagado, para que aparecesse a continuidade dos acontecimentos” (FOUCAULT, 2007, p. 9). O filósofo ressalta ainda que a descontinuidade que o historiador tratava de suprimir da história tornou-se agora “um dos elementos fundamentais da análise histórica” (FOUCAULT, 2007, p. 09). À análise do discurso interessa não a história tradicional, que se baseava na análise de documentos, mas a **Nova História**, que se preocupa e se interessa por toda a atividade humana. Para essa Nova História, conforme Gregolin (2007b, p.45), “os documentos são transformados em monumentos”. Sendo assim, o **acontecimento** é visto “como um conjunto heterogêneo de relações que faz emergir diferentes estratos de interpretação e, por isso, a escrita da História realiza a passagem da ‘memória coletiva’ para a ‘memória histórica’ ao ler o documento como monumento” (GREGOLIN, 2007b, p. 45). Na Análise do Discurso, procura-se, como diz Gregolin (2004, p. 11) “interpretar os vestígios da historicidade dos conceitos que mobilizamos no campo do saber em que nos situamos”.

Para Burke (1992, p.11), “a base filosófica da Nova História é a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída”. E é reconstruindo as falas do passado que se faz essa investigação histórica. Mas, para se compreender esse processo histórico em que se dão os acontecimentos e ainda como e porque esses vestígios aparecem, é necessário se percorrer um caminho até a **memória discursiva**, em que estão os **sentidos** que são atribuídos a esses vestígios, a esses (inter)discursos.

A história, sendo uma ponte entre o passado e o presente, liga-se profundamente à memória, a qual é resgatada e reelaborada por meio da **linguagem**. Para Halbwachs (2006), é a história que faz com que um período se distinga do outro. O autor considera que um acontecimento só toma lugar na série dos fatos históricos algum tempo depois de ocorrido e as lembranças de cada um começam a ser associadas, então, a esses acontecimentos históricos. Falar em acontecimento é fundamental, pois é em decorrência dos acontecimentos que surgem os mais variados discursos, os quais têm uma relação com a história.

Pensando na irrupção dos discursos e em sua dispersão, “Foucault propõe entender os acontecimentos discursivos que possibilitaram o estabelecimento e a cristalização de certos objetos em nossa cultura” (GREGOLIN, 2004, p. 88). Para isso, é preciso visitar o **arquivo** e a memória, no sentido de compreender o surgimento de certos enunciados, em determinada época, em determinado lugar. Para Foucault (2007, p.31), “um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente”. Quanto ao acontecimento discursivo, Guilhaumou e Maldidier (1997, p.166) dizem que “não se confunde nem com a notícia, nem com o fato designado pelo poder”. Nos enunciados, nas palavras, escritas ou oralizadas, materializam-se os acontecimentos, fazendo aparecer os vestígios de memória prontos para fazerem parte da história e, de alguma forma, contribuírem com ela.

Halbwachs (2006, p.100) enuncia que “a história é a compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens”. Mas os fatos históricos (principalmente os passados) são selecionados, comparados, classificados e só então ensinados de acordo com as regras que regem as relações de poder de uma sociedade. Cabe ao historiador redescobrir e atualizar, na medida do possível, fatos que estejam imersos em memórias ainda não exploradas, como determinados escritos que possam surgir e contribuir com as pesquisas realizadas. Essa é uma das formas de trazer o passado para se compreender o presente.

Para se reforçar o que se sabe sobre algum evento ou fazer surgir um acontecimento passado, uma imagem conhecida, é à memória que se recorre. Essa memória, que pode ser, de acordo com Le Goff (2003), discursiva, religiosa, familiar, social, escolar, entre outras, traz à tona fatos que precisam ser lembrados, revistos, recapitulados.

Para Davallon (2007), a imagem também age como um operador de memória social. Nela há um efeito de repetição e de reconhecimento. A imagem mostra como ela funciona como diagrama, esquema ou trajeto enunciativo, como ela se lê. Essa é a memória como estruturação de materialidade discursiva complexa que aparece por meio da repetição e pela regularização. É essa memória discursiva que estabelece os elementos citados e relatados, os discursos transversos, os implícitos necessários à sua leitura.

Achard (2007) ressalta que esses implícitos residem nas retomadas, remissões e paráfrases, nas quais se encontra uma regularização discursiva. Mas essa regularização, lembra o autor, pode ruir sob o aparecimento de um acontecimento discursivo novo que possa vir a perturbar a memória evocada.

Para Pêcheux (2007, p.50), a memória deve ser entendida “nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”. Para ele, a inscrição do acontecimento no espaço da memória tem se apresentado constantemente sob uma dupla forma-limite:

- 1) O acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever;
- 2) O acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido.

Ao retomarmos o tema da Ditadura Militar Brasileira, podemos perceber como o silenciamento, o apagamento e o esquecimento podem fazer parte da memória. Orlandi (2002, p. 50) ressalta que “o esquecimento é um dos modos do político se marcar na relação com a memória, ideologicamente”. Quando a censura intervém, é como se o acontecimento não

tivesse ocorrido, escapando à inscrição da memória. Nesse caso, o sujeito tem sua memória silenciada pelas relações de poder.

Pode-se dizer, então, que os efeitos de memória vão transparecer tanto na lembrança, na transformação, quanto na ruptura, no esquecimento.

Isso tudo leva a pensar em uma outra categoria que, tanto quanto a memória, também está intrinsecamente ligada à história: o **arquivo**. E para se falar em arquivo, trazemos as afirmações a seguir, feitas por Foucault (2007, p. 147):

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas, o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas [...] é o que, na própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início, o sistema de sua enunciabilidade.

É assim o arquivo uma prática que permite ao enunciado se modificar regularmente, como também subsistir no tempo, pois ele é “o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados” (FOUCAULT, 2007, p. 148). É o arquivo que, a partir de um acontecimento, faz (re)pensar as práticas discursivas sobre o sujeito, sobre uma sociedade. Nisso se dá a articulação entre o discurso e a história.

Sobre essa articulação entre discurso e história, Foucault (2007, p. 144-145) ressalta que

o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho. Deve mostrar, por exemplo, que a história

da gramática não é a projeção, no campo da linguagem e de seus problemas, de uma história que seria, em geral, a da razão ou de uma mentalidade; de uma história que, de algum modo, ela compartilharia com a medicina, a mecânica ou a teologia; mas que ela comporta um tipo de história – uma forma de dispersão no tempo, um modo de sucessão, de estabilidade, de reativação, uma rapidez de desencadeamento ou de rotação – que lhe pertence particularmente, mesmo se estiver em relação com outros tipos de história.

E para se rememorar essa história, buscam-se os discursos, o conjunto de enunciados que estão no interior do arquivo. Pode-se ler o **enunciado**, então, como elemento do arquivo. Esses enunciados são produzidos discursivamente, em um dado momento, e se materializam pela linguagem, fornecendo material de trabalho tanto ao historiador quanto ao linguista. Pode-se dizer que o arquivo determina a permanência, o apagamento, o aparecimento e o desaparecimento de determinados enunciados.

Para a construção do *corpus* aqui delineado, encontramos, nos arquivos da Comissão Nacional da Verdade – CNV, as materialidades a serem interpretadas e analisadas em nossa pesquisa.

5.4 Metodologia para a pesquisa

A Comissão Nacional da Verdade tem por finalidade apurar as graves violações de Direitos Humanos ocorridas no Brasil, em período de Ditadura Militar. Essa comissão foi criada com o objetivo de resgatar a memória e a verdade sobre as violações e contribuir “para o preenchimento das lacunas existentes na história de nosso país em relação a esse período” (CNV, 2014a, p. 17). Na constituição de seu acervo, a CNV recebeu e incluiu documentos de comissões da verdade estaduais, municipais e setoriais. Esses documentos são compostos por arquivos de familiares de vítimas da

ditadura, como cartas, fotos, entre outros, e documentos procedentes da cooperação com os governos de outros países, entre eles, Argentina e Chile.

No período de Ditadura Militar, o Brasil se deparava com a supressão de direitos constitucionais, repressão, perseguição política e censura. E, àqueles que se mostravam como sujeitos da resistência a esse regime, sobravam o exílio, a prisão, a tortura e, por vezes, a morte. Foram muitos os desaparecidos políticos. Surge, então, em 2009, por ocasião da 11^a Conferência Nacional de Direitos Humanos, a recomendação da criação da CNV, com o intuito de esclarecer publicamente as violações impostas aos opositores do Estado, em período de Ditadura no Brasil.

Após elaboração de projeto para a criação da CNV, foi aprovada a Lei 12.528, que foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em 18 de novembro de 2011. Em 16 de maio de 2012, durante cerimônia acontecida no Palácio do Planalto, a presidenta Dilma Rousseff instalou a CNV. Este acontecimento contou com a participação de ex-presidentes, como Luiz Inácio Lula da Silva, José Sarney, Fernando Henrique Cardoso e Fernando Collor de Mello (CNV, 2014a). Com a criação da Comissão Nacional da Verdade, instaurou-se a busca pela memória e pela verdade necessárias para o conhecimento, pelas novas gerações e pelos que perderam parentes e amigos, das ocorrências do passado.

Durante o período em que os militares governaram o país, muitos crimes ficaram impunes. Homens, mulheres, índios, homossexuais, que foram torturados até a morte, ficaram no apagamento da história, pois muitos deles nunca tiveram seus corpos encontrados. Porém, familiares e sobreviventes guardam na memória o terror vivenciado durante esse período. E é essa memória sobre a violência praticada, especificamente contra as mulheres, em período de Ditadura Militar no Brasil, que interessa a este trabalho de pesquisa.

A presença das mulheres no espaço público, no trabalho, com a conquista de uma profissão; ou nas ruas, protestando, participando de lutas com os movimentos sindicais, sempre lhes custou muito caro, inclusive

no que diz respeito à constituição familiar. As mulheres da resistência, na luta contra a ditadura, pagaram um preço alto, pois, quando pegas pelos militares, passavam por torturas inimagináveis e aquelas que tinham uma família (marido, filhos) viam o desmanche da família. Eram “castigadas” por terem saído de seu lugar, por terem ido em busca de algo que não lhes pertencia, por não terem calado a sua voz.

Em época de Ditadura, o silêncio deve reinar. Como diz Orlandi (2007, p.76), “proíbem-se certas palavras para se proibir certos sentidos”. Essa interdição da palavra dava-se na história de um silêncio consubstancial. Sobre isso Foucault (2006, p.08-09) pontua, dizendo que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. E quanto ao que estava relacionado aos discursos sobre essa época de torturas, o controle, a seleção, eram redobrados. E essa interdição levava ao silenciamento, ao esquecimento, o qual foi rompido com a divulgação do relatório da CNV. Com o acesso a esses dados, várias pesquisas puderam ser realizadas e aqui se encontra o recorte de uma delas.

O *corpus* analisado, a seguir, é parte de um arquivo que se formou por meio de estudos e pesquisas no âmbito do Grupo de Estudos do Discurso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – GEDUERN. As materialidades a serem analisadas, de acordo com as categorias analíticas, seguindo um percurso arqueogenealógico, foram coletadas nos relatórios da CNV, nos arquivos referentes aos desaparecidos e/ou presos políticos, em época de ditadura militar no Brasil, e também nos arquivos da mídia.

5.5 Recorte de uma pesquisa

Segundo Foucault (1999), por meio de técnicas de vigilância e de punições normalizadoras, há um mecanismo de poder que se aplica singularmente

aos corpos. Nesse sentido, torna-se, então, necessário estudar, na materialidade do arquivo construído por vias do olhar arqueogenealógico de Michel Foucault, os mecanismos de poder e as vontades de verdade que envolvem os casos de tortura e violência na ditadura e os dispositivos disciplinares que controlam o fazer e o dizer de uma sociedade.

Vejamos, a seguir, parte do testemunho de Cristina Moraes Almeida, presa e torturada, em período de ditadura militar brasileira, como uma demonstração de como os militantes eram coagidos à obediência e à submissão.

O Tibirica repetiu: “Tira a calça. Esqueceu que não pode vir de calça em uma repartição pública?” Aos berros. Eu: “Não vou tirar a calça para nada. Estou quebrada, com dor”. [...] ele puxou a perna rasgando minha calça, acabando de rasgar minha calça. [Encapuzados] **pegam uma furadeira**, que me furou daqui até aqui. Com uma furadeira. Elétrica. Furadeira. Eu não vi mais nada (Cristina Moraes Almeida, CNV – relatório – v. 1 – 2014a, p. 421 – Grifos nossos).

No testemunho de Cristina Moraes, presente no relatório da CNV, percebe-se a resistência em obedecer à ordem do militar ao mandá-la “tirar a calça”. Na concepção de Foucault, o exercício do poder sempre se dá entre sujeitos que são capazes de resistir. “Estas relações não se dão onde não haja liberdade. Não há poder sem liberdade e sem potencial de revolta” (LOURO, 1997, p.39). Mesmo resistindo à ordem dada e mostrando revolta com o fato de precisar se despir, Cristina não escapa à violação de seu corpo ao ter a calça rasgada e a perna perfurada por uma furadeira, como castigo por não ter obedecido prontamente à ordem dada. Despir o corpo também é um ato de violência moral e psicológica, um modo de fragilizar e humilhar o sujeito da resistência. Nesse testemunho, percebe-se o exercício do poder do dominante sobre o dominado—que o desafia—primeiramente pela linguagem imperativa, depois pela ação violenta do militar. Esse exercício do poder consiste em “conduzir condutas” (FOUCAULT, 1995), submetendo os corpos à docilidade.

Como diz Foucault (2008b, p. 118), “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições e obrigações”. No exercício da ditadura, havia o controle ininterrupto, a coerção e a disciplina dos corpos. Foucault (2008b, p.118) ressalta que “esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar “as disciplinas”. Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, fórmulas gerais de dominação. Isso também pode ser perceptível nesse período da ditadura, quando os corpos da resistência, os militantes, eram pegos pelos militares. Na “subversão”, encontrava-se a indisciplina, a indocilidade desses corpos, que deveriam ser castigados, punidos, maltratados, dominados.

É possível se conhecerem algumas dessas formas de tortura e de punição dos corpos pelo relato de Dulce Pandolfi, a seguir:

Servi de cobaia para uma **aula de tortura**. O professor, diante dos seus alunos, fazia demonstrações com o meu corpo. Era uma espécie de aula prática, com algumas dicas teóricas. Enquanto eu levava choques elétricos, pendurada no tal do **pau de arara**, ouvi o professor dizer: “essa **é a técnica mais eficaz**”. Acho que o professor tinha razão. Como comecei a passar mal, a aula foi interrompida e fui levada para a cela. Alguns minutos depois, vários oficiais entraram na cela e pediram para o médico medir minha pressão. As meninas gritavam, imploravam, tentando, em vão, impedir que a aula continuasse. A resposta do médico Amílcar Lobo, diante dos torturadores e de todas nós, foi: “ela ainda aguenta” (Dulce Pandolfi, CNV – relatório – v. 1–2014a, p. 351 – Grifos nossos).

Dulce Pandolfi foi utilizada, em 20 de outubro de 1970, como cobaia em demonstrações de tortura para uma turma de oficiais, como pode ser visto em seu depoimento à Comissão Estadual da Verdade-RJ, em 28 de maio de 2013. A metodologia da tortura, na época da ditadura militar, tornou-se um objeto de saber e poder. Os militares aprendiam as “técnicas mais eficazes” por meio de demonstrações práticas. Podemos perceber, no testemunho da militante, o discurso autorizado, na voz do médico, ao dizer “ela ainda aguenta”, provocando o efeito de sentido de que os militares poderiam continuar a “aula”, poderiam continuar utilizando o corpo da jovem para o aprendizado daqueles alunos. Durante muito tempo, esses enunciados não fizeram parte da história do país, pois essas memórias foram silenciadas, esquecidas, transformadas.

Um caso que chama bastante atenção quanto ao apagamento da memória e à forma como se fabrica uma verdade por meio do discurso, é o caso que envolve a norte-riograndense Anatólia de Souza Melo Alves. E sobre esse caso nos deteremos nesta análise.

Anatólia foi presa em 1972, por agentes do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), do IV Exército em Recife, no mesmo dia em que prenderam também seu marido, Luiz Alves Neto, e outros companheiros filiados ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). A jovem, que só teve o registro de sua prisão 26 (vinte e seis) dias após o ocorrido, morreu em janeiro de 1973, após supostamente ter cometido suicídio com a alça da própria bolsa.

[...] Segundo versão apresentada pelos órgãos de segurança, como se vê no Ofício nº 20 produzido pela Delegacia de Segurança Social, **Anatólia teria se enforcado com a tira de sua bolsa enquanto tomava banho** nas dependências da própria delegacia, ocasião em que estava sob a vigilância do agente policial Artur Falcão Dizeu. Segundo relatou o agente, passados 20 minutos dentro do banheiro, o policial teria estranhado a demora e, após bater várias vezes, teria arrombado a porta, deparando-se, em seguida, com ela morta com

a alça da bolsa envolvendo o seu pescoço. Segundo Artur Falcão, ele teria pedido ajuda a Genival Ferreira da Silva e Amilton Alexandrino dos Santos. Segundo o laudo do Instituto de Polícia Técnica (IPT) de Pernambuco, **Anatália foi encontrada deitada numa cama de campanha, o que contraria a versão de que teria morrido no banheiro.** De acordo com a análise pericial, sua morte teria sido causada por asfixia por enforcamento (CNV – v. 3, 2014b, p. 1175 – Grifos nossos).

A fabricação da verdade se apresenta no discurso dos agentes de plantão e no ofício expedido por ocasião da morte de Anatália Alves. O discurso pode veicular, produzir e reforçar poder, como também pode minar, barrar esse poder. “Da mesma forma, o **silêncio** e o **segredo** dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas também, afrouxam seus laços e dão margem às tolerâncias mais ou menos obscuras” (LOURO, 1997, p. 43). Os silêncios, os segredos permeavam os discursos dos torturadores, criavam-se vontades de verdades que poderiam apagar uma memória e inscrever outra em seu lugar. E até que se prove o contrário, essa verdade fabricada pelo sujeito do poder é a oficializada. Este e muitos outros casos de mortes de homens e mulheres foram registrados sem os maiores esclarecimentos. Durante muitos anos, os arquivos do “período de chumbo” brasileiro ficaram no silenciamento da história. Somente a partir das pesquisas da CNV e da abertura dos arquivos oficiais, outros dados vieram à tona. O outro lado da história foi escancarado e divulgado por meio dos relatórios produzidos pela equipe da CNV.

Com a abertura dos arquivos e com a oficialização de depoimentos de outros presos políticos sobreviventes e/ou de familiares dos mortos e desaparecidos, foi possível cruzar as regularidades que se apresentavam e conhecer o que realmente aconteceu com muitas dessas pessoas, inclusive com Anatália Alves. Em depoimento à CEMVDHC (Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara), Luiz Alves Neto, seu marido, narra os abusos aos quais ela foi submetida enquanto esteve presa.

[...] aí submetem ela, a **uma tortura violentíssima e três ou quatro agentes da polícia torturando ela**, eu numa grade, mas ouvia os gemidos dela, ela sendo torturada, clamando por mim, eu numa grade preso só fazia protestar, não é? ‘Bandidos, canalhas’. Então quando chega num momento em que **ela gritando muito e me chamando**, aí vem um companheiro, depois disse que ela **estava sendo estuprada por cinco homens, cinco policiais**. Miranda e mais outros (Luiz Alves Neto, CEMVDHC, 2012, p. 9–Grifos nossos).

Anatália, durante o período em que ficou presa, teria passado por diversos tipos de tortura, incluindo a violência sexual. Isso é observado no discurso do marido, que usa, em seu relato, os verbos *torturar*, *gritar*, *chamar*, *estuprar*. Essa verdade se confirma pelas vozes de outras testemunhas. Com isso, a causa de sua morte é retomada, os laudos são reanalisados, a busca pela verdade se faz.

Um fato chama atenção na análise das fotos retiradas na época: havia a indicação de que os órgãos genitais da vítima foram queimados. Como está dito no relatório da CNV:

Anatália teria sido submetida a **diversos tipos de tortura, incluída a violência sexual. As marcas de queimadura** se iniciavam na região pélvica, o que aponta para uma tentativa de eliminar os indícios de violência sexual. Ao mesmo tempo, um dos elementos que apontam para a inconsistência da versão apresentada pelos órgãos de repressão é o fato de uma presa incomunicável estar portando uma bolsa (CNV – v. 3, 2014b, p.1175 – Grifos nossos).

Diante dessas novas investigações, foi possível inscrever uma outra memória, pois, ao se concluir que Anatália de Souza Melo Alves morreu devido às ações violentas provocadas por agentes do estado brasileiro, foi recomendada a retificação de sua certidão de óbito, e a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos no caso.

Somente com a investigação e os registros feitos pela CNV, é que essa memória saiu do apagamento e pôde ser (re)construída. Como ressalta Halbwachs (2006), a memória está sempre em movimento e em construção. No depoimento de Luiz Alves Neto, é possível observar as relações de força e poder exercidas pelos militares sobre o corpo de sua mulher. O caso de Anatólia, como o de tantos outros, envolve o apagamento da memória a partir de um acontecimento que não foi inscrito, não foi registrado na história. O exercício do poder faz circular os discursos de uma vontade de verdade enquanto exclui outros. E as verdades que circularam, por muito tempo, acerca dos acontecimentos da ditadura, pertenciam aos militares, pois eles ocupavam a posição-sujeito que detinha o direito de proferi-las.

Mas o que é a verdade, afinal? É possível chegar à verdade? Para Foucault (2008b), não há a verdade propriamente dita; há, sim, os efeitos de verdade que são produzidos em diferentes épocas. Sobre isso, Foucault (2008a, p.13) ainda diz ser “o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”. Esses efeitos de poder, tidos como verdades, vão regulamentar os corpos desses sujeitos, que devem ser disciplinarizados.

Segundo Candiottto (2013, p. 51),

o discurso qualificado como verdadeiro é aquele que se impôs sobre outros discursos relegando-os ao terreno do falso e do ilusório, instaurando assim uma ordem. A ordem do discurso é o critério normativo para impor significações, identificar, dizer o que é verdadeiro e o que é falso, o que está certo e o que está errado, o que é delirante e o que é racional, nada mais do que um modo de operar separações.

E esse discurso controlado, selecionado, qualificado como verdadeiro, foi exercido, por muito tempo, pelos sujeitos torturadores, na manipulação dos fatos reais das torturas, das violências sexuais e dos assassinatos ocorridos durante o período da ditadura militar, como no caso de Anatólia

de Souza Melo Alves, que teve sua memória negada, quando os primeiros relatos oficiais afirmaram que sua morte teria sido causada por suicídio, durante sua prisão no DOPS. Isso leva à percepção de que houve a desconstrução de uma verdade em prol de uma outra, provocando o silenciamento—por um determinado tempo—da memória e da história.

5.6 Considerações finais

E o que pode, nessa contemporaneidade, funcionar como um discurso verdadeiro? Cada sujeito constrói suas verdades ao ser constituído pelo outro. Essas verdades criadas circulam ligadas aos sistemas de poder que as produzem e, ao mesmo tempo, induzem os sujeitos a acreditarem nelas, vivenciando-as, fazendo-as acontecer. Nesse mesmo sistema de produção e aceitação de uma verdade, podem-se encontrar os efeitos de sentido presentes nos enunciados.

Segundo Foucault (2008a, p. 12), “a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros”. E o regime da Ditadura divulgou e acolheu “verdades” que mascararam a memória e a história de vários presos políticos, entre eles, as mulheres, que foram, entre outras atrocidades, vítimas da violência sexual. E isso se configura como uma grave violação humana cometida contra elas. Faz-se necessário, então, que desenterremos as memórias apagadas, esquecidas, silenciadas, para que a verdade silenciada seja discursivizada, legitimada e reconhecida.

Diante disso, neste capítulo, procuramos despertar inquietações, contribuindo para uma melhor compreensão sobre as teorias do discurso e viabilizando um maior conhecimento sobre um período de opressão, de obscuridades, que fez/faz parte da História do povo do Brasil, bem como sobre as relações de saber/poder entre os sujeitos, na época da ditadura militar brasileira.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. Memória e produção discursiva no sentido. *In*: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da Memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2007.

AUTHIER-REVUZ, J. Hététrogénéité montréalaise et hététrogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. **DRLAV**, n. 26, p. 91-151, 1982.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. v. 1. Brasília: CNV, 2014a. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade).

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Mortos e desaparecidos políticos**. V. 3. Brasília: CNV, 2014b. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade).

BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. *In*: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CANDIOTTO, C. **Foucault e a Crítica da Verdade**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E DA VERDADE DOM HÉLDER CÂMARA. Transcrição da sessão pública realizada em 27/11/2012: caso Anatólia de Melo Alves. Recife: Comissão da Verdade, 2012. Disponível em: https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/9/8/8/98850444947d1d7258435ad540df03cc2139f3ec74d881b97d74580131651883/9fa3f8b3-aa92-488b-be74-b697f798830c-21__27-11-2012__P__Luiz_Alves-Jose_Adeildo-Edmilson_Vitorino.pdf. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

COURTINE, J.-J. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz, 2006.

COURTINE, J.-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Edufscar, 2009.

DAVALLON, J. A Imagem, uma arte de memória? *In*: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2007.

FERREIRA, M. C. Leandro. Análise do discurso no Brasil: notas à sua história. *In*: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. dos (org). **Percursos da análise do discurso no Brasil**. São Carlos: Claraluz, 2007.

FONSECA-SILVA, M. C. **Poder-saber-ética nos discursos do cuidado de si e da sexualidade**. Vitória da Conquista: UESB, 2007.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In*: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **A Ordem do discurso**. 13. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006. (Coleção Leituras Filosóficas).

- FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 25. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008a.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 35. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008b.
- GREGOLIN, M. R. Análise do discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. dos (org). **Teorias lingüísticas**: problemáticas contemporâneas. Uberlândia: EDUFU, 2003.
- GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso**: diálogos e duelos. São Carlos: ClaraLuz, 2004.
- GREGOLIN, M. R. Tempos brasileiros: percursos da análise do discurso nos desvãos da história do Brasil. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. dos (org). **Percursos da análise do discurso no Brasil**. São Carlos: Claraluz, 2007a.
- GREGOLIN, M. R. Discurso, história e a produção de identidades na mídia. In: FONSECA-SILVA, Maria da C.; POSSENTI, Sírío (org.). **Mídia e rede de memória**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007b.
- GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER D. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. P. (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.
- HALBWACHS, M. Memória individual e memória coletiva. In: HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução de Walter Leitão. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 1997.
- MALDIDIER, D. **A Inquietação do Discurso**: (re)ler Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.
- MAZIÈRE, F. **A Análise do discurso**: história e práticas. São Paulo: Parábola, 2007.
- ORLANDI, E. P. **Língua e Conhecimento Lingüístico**: para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.
- ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 6 ed. Campinas – SP: Pontes, 2005.
- ORLANDI, E. P. **As Formas do Silêncio**: nos movimentos dos sentidos. 6 ed. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2007.
- PÊCHEUX, M. Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso. **Cadernos de Tradução**, v. 2, n. 1, nov. 1998.
- PÊCHEUX, M. Papel da Memória. *In*: ACHARD, Pierre et all. **Papel da Memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2007.
- PÊCHEUX, M. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.
- PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. Introdução: legados de Michel Pêcheux e paradoxos da Análise do Discurso no Brasil. *In*: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (org.). **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011.